

O USO DO CONCEITO DE IDENTIDADE NA ARQUEOLOGIA

Viviane Maria Cavalcanti de Castro

RESUMO

Desde o início do século XX a Arqueologia vem empregando o conceito de identidade. Neste período, na Europa, foi inicialmente aplicado numa tentativa de se identificar etnias pré-históricas. A mudança de enfoque só ocorreria na década de 1980, como resultado do intenso debate sobre a relação entre indivíduos e sociedade. Contudo, nas últimas décadas houve um crescente interesse pelo tema das identidades e das culturas tradicionais, o que fez desenvolver também o interesse pelo estudo das identidades do passado, sobretudo no campo do gênero e do feminino. No Brasil, porém ainda são pontuais as pesquisas sobre essa questão. Diante do exposto este artigo se propõe a discutir a utilização do conceito de identidade nos estudos de Arqueologia.

PALAVRAS CHAVES: Identidade, Arqueologia, Pré-História

ABSTRACT

Since the beginning of the 20th Century Archaeology has been applying the concept of identity. During this period, in Europe, it was initially applied in an attempt to identify pre-historical ethnicities. The change in approach would only occur in the 1980s, as a result of the intense debate on the relation between individuals and society. However, in the last decades, there was an increased interest for the subject of identities and cultural traditions, which also led to the intensification of the attention given to the study of identities from the past, especially in the fields of gender and feminine issues. In Brazil, though, research on this question is still sparse. In face of that, this paper proposes to discuss the use of the concept of identity in archaeological studies.

KEYWORDS: Identity, Archaeology, Prehistory

Introdução

O conceito de identidade tem sido objeto de investigação de várias disciplinas das ciências humanas e sociais. Na primeira metade do século XX a identidade era considerada como um elemento estável, algo dado e pré-existente. Porém, esta visão mudou. Nas diversas disciplinas que trabalham com esta temática está ocorrendo uma completa desconstrução das perspectivas sobre a identidade. Isto pode ser verificado, em particular, na crítica à ideia da existência de uma identidade originária e unificada (HALL, 2005, p.103).

Atualmente, as identidades são caracterizadas como fenômenos sociais, dinâmicos e dialéticos; são múltiplas e flexíveis no tempo e no espaço e se constroem na relação entre semelhanças e diferenças. Contudo, apesar de serem caracterizadas como múltiplas e mutáveis, existem, nas identidades, as marcas fundamentais que resguardam os elementos mais duradouros. Entre esses elementos, podemos citar os ritos e os comportamentos coletivos formalizados.

O conceito atualmente utilizado concebe as identidades como representações¹ que são construídas na relação entre semelhanças e diferenças. Não existem identidades fora da representação porque essas são formas de apreensão da realidade, de mostrar e demarcar as identidades em relação aos outros. Um grupo também expressa sua identidade e torna-se presente por meio de formas de representação.

A identidade, como representação, tem expressão material e se manifesta também nos objetos que os indivíduos possuem. Os objetos servem para afirmar as identidades (WOODWARD, 2005). Desta maneira as identidades são formadas e mantidas não apenas por elementos sociais, coletivos e psíquicos, mas por elementos simbólicos e materiais.

Compartilhando da opinião de que as identidades também podem ser representadas na cultura material, apresentamos, neste trabalho, como alguns autores utilizam o conceito de identidade nos contextos arqueológicos.

¹ De acordo com Maria Cecília Minayo (2003), representação é também um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Coube a Durkheim em 1898 a elaboração do conceito de Representação Coletiva. Para este autor, as representações se referem às categorias de pensamento pelas quais uma determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Na década de 1960 uma nova proposta foi construída e atualizada por Moscovici (2003), a partir da ideia de Durkheim (1983). Hoje, de acordo com Moscovici, se utiliza o termo Representação Social em relação às identidades individuais como coletivas.

O conceito de Identidade

A noção de identidade não está restrita a um campo específico e não é exclusiva de nenhuma disciplina. É utilizada de diferentes maneiras. Identidade pode se referir a sexo, religião, profissão, gênero, idade ou status. Como também se refere ao individual e ao coletivo.

De acordo com Richard Jenkins, que se dedica aos estudos das identidades sociais (1996, p. 3 – 4, apud HERNANDO, 2002, p. 50), a identidade se refere às formas pelas quais os indivíduos e as coletividades se diferenciam de outras coletividades e indivíduos. Define identidade como o estabelecimento sistemático de relações de similaridade ou diferença entre indivíduos, entre coletividades e entre indivíduos e coletividades. O termo apresenta dois significados: identidade como semelhança total (isto é idêntico àquilo); e o segundo é um conceito de distinção, que presume consistência ou continuidade ao longo do tempo. De acordo com esses significados, a identidade estabelece relações de comparação entre indivíduos e coisas (objetos): similaridade e diferença. Supõe a associação de uma pessoa com algo ou com outras pessoas que se parecem. O autor explica que cada pessoa tem uma identidade que a particulariza e que se mantém ao longo de sua vida. Ainda de acordo com este autor, a identidade só pode ser compreendida como processo.

Uma importante referência conceitual nos estudos de identidade e diferença é a proposta de Kathryn Woodward. A autora oferece uma linha conceitual e teórica dos principais elementos que compõem o conceito de identidade e sua relação com a diferença. Destacamos sua contribuição quando argumenta que existe uma associação entre os objetos utilizados pelos indivíduos e a identidade. Os objetos servem para afirmar identidades. (WOODWARD, 2005, p.10).

A autora utiliza a ideia de representação para analisar a forma como as identidades são construídas. Entende representação como um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas. A identidade, em termos de representação, constitui uma construção coletiva que se faz pelo que há de comum entre as pessoas, como também pelo que há de diferente. A diferença é, por sua vez, o que separa uma identidade de outra. Adota, desta maneira, uma concepção de identidade construcionista, focalizada tanto nas diferenças como nas características comuns ou partilhadas por um mesmo grupo ou entre grupos distintos (WOODWARD, 2005, p.12).

Suas idéias estão fundamentadas nos argumentos de que a identidade é marcada pela diferença, por meio de símbolos, pelo gênero e pela história; é relacional; está

vinculada a condições sociais e materiais e não é unificada. Portanto, as identidades são formadas e mantidas por elementos simbólicos, sociais e psíquicos (WOODWARD, 2005, p. 9-11).

Outro autor que contribuiu com a discussão do conceito de identidade é Denys Cuche. Em sua opinião a identidade cultural é relacional, pois depende do contexto e tem a função de situar os indivíduos no conjunto social, de inclusão ou exclusão. “São membros do grupo os que são idênticos sob certo ponto de vista” e excluídos os que “são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista” (CUCHE, 2002, p.177).

Para Cuche não existe uma identidade essencial e praticamente invariável. Propõe a adoção de um conceito de identidade que seja relacional, devido à sua característica de variabilidade. Além de variável, as identidades não são puras e não estão fechadas em si. Os grupos interagem com outros grupos, de acordo com as suas vinculações (sociais, sexuais, etárias, religiosas). Cuche também argumenta que as identidades são, por este motivo, multidimensionais, mas não perdem a sua unidade. Assim, mesmo tendo um caráter variável, as identidades podem ser, não raro, relativamente estáveis.

Destacamos também a contribuição de Tomaz Tadeu da Silva (2005). Este autor, por sua vez, também utiliza identidade como representação. Afirmar que identidade e diferença são interdependentes. São criações do contexto cultural e social. As identidades só adquirem um sentido e passam a existir por meio da representação. Por isso, não existe identidade fora da representação. Para o autor, que adota uma perspectiva pós-estruturalista, a representação é concebida, unicamente, na dimensão material, de significante e de signo.

A representação se expressa por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. A representação nunca é, nessa concepção, mental ou interior. A representação é sempre uma marca ou traço visível, exterior (SILVA, 2005, p. 90-91). Assim, Identidade e diferença estão estritamente ligadas à representação, pois é por meio desta que as primeiras passam a existir e se ligam a sistemas de poder. Assim, quem tem o poder também define e determina as identidades. Na opinião do autor, uma identidade não é essência, não é fixa, não é homogênea e nem permanente. Por outro lado, a identidade é uma relação, uma produção, instável e contraditória (SILVA, 2005, p. 96-97).

Com base no que foi exposto anteriormente pode-se sintetizar o que caracteriza as identidades, do ponto de vista das Ciências Sociais:

- As identidades são fenômenos sociais;
- As identidades são múltiplas e flexíveis, no tempo e no espaço;
- As identidades são concebidas como representação;
- Entende-se identidade como processo dinâmico e dialético;
- As identidades se constroem na relação entre semelhanças e diferenças;
- As identidades sofrem mudanças, mas existem as marcas fundamentais que resguardam os elementos mais duradouros.

O estudo das identidades no campo da Arqueologia

Desde o início do século XX a Arqueologia vem discutindo o conceito de Identidade. Neste período o conceito foi inicialmente empregado, nos países europeus, numa tentativa de se identificar etnias pré-históricas, demonstrando a influência recebida da Antropologia. Os arqueólogos não percebiam os indivíduos nas culturas arqueológicas, mas interpretaram culturas como indivíduos que nasciam e se transformavam em outra cultura ou morriam (DÍAS-ANDREU; LUCY, 2005). Como consequência, muitos trabalhos relacionaram a cultura material encontrada nos sítios com determinados grupos étnicos. Este período influenciou os estudos posteriores sobre as identidades étnicas, a ponto de gerar debates que ainda não foram esgotados. Talvez porque, nos trabalhos de identidade realizados por muitos arqueólogos há, nas entrelinhas, uma conexão com a questão da etnia. Entretanto, sabemos que há limitações na busca das identidades étnicas pré-históricas: primeiro, a questão do auto-reconhecimento, e segundo, a criação de categorias *a posteriori*, por parte dos pesquisadores.

Posteriormente, após a segunda guerra mundial, surgiram estudos sobre gênero, interpretados com base no que ainda prevalecia no mundo ocidental, ou seja, não havia espaço para as mulheres. Outro fato ocorrido neste período foi a importância conferida aos objetos em contexto arqueológico. No estudo dos sepultamentos os objetos serviram para inferir o status dos mortos, uma vez que os objetos considerados valiosos indicariam que o indivíduo ocupou uma posição social privilegiada.

Entretanto o pensamento arqueológico só começou a mudar após a década de 80, como resultado do intenso debate sobre a relação entre os indivíduos e a sociedade e dos trabalhos de Ian Hodder (1982) e Mark Leone (1984). Neste período, defendia-se a ideia de que a relação entre as pessoas não era estática e passava por diferentes situações, da mesma forma que os objetos da vida material também eram produzidos, descartados

e/ou modificados. Enquanto as pessoas reproduziam as condições materiais de sua sobrevivência também estavam reproduzindo e modificando as suas identidades individuais e coletivas (DÍAS-ANDREU; LUCY, 2005).

Nas últimas décadas houve um crescente interesse pelo tema das identidades, das culturas tradicionais e dos rituais. O que fez crescer também o interesse pelo estudo das identidades do passado. O principal avanço no estudo das identidades ocorreu no campo do gênero e do feminino (MCCAFFERTY; MCCAFFERTY, 1998; MESKELL, 2001, 2002; DÍAZ-ANDREU, 2005; LUCY, 2005).

Hoje, o novo campo de estudos das identidades as concebe como múltiplas e revelam a interseção entre os diferentes tipos de identidades: etnia e gênero, sexo e idade, status e religião, sexo e poder. A Arqueologia tem que levar em conta as diversas interseções entre as várias identidades, pois não se concebe o grupo desarticulado de outras relações sociais.

Outros grupos de pesquisadores trabalham com a temática da identidade e da etnoarqueologia (HERNANDO, 1996, 1997, 2001); das políticas de identidade em Arqueologia (MESKELL, 2002); da relação entre nacionalismo, colonialismo e identidades (DÍAZ-ANDREU, 2005; MESKELL, 2002); do patrimônio arqueológico e das identidades modernas (MESKELL, 2002); da identidade e da religião (EDWARDS, 2005); e da identidade cultural (LUCY, 2005; SHENNAN, 1994). Apresentaremos exemplos de como alguns arqueólogos têm tratado o tema das identidades (cultural, étnica, de gênero, de idade), por meio de um novo direcionamento em seus trabalhos.

Stephen Shennan (1994) se dedica ao estudo da identidade cultural. Em sua opinião, a identidade é uma categoria subjetiva e maleável, em que as semelhanças pré-existentes podem ser manipuladas simbolicamente, com o objetivo de moldar uma identidade e uma comunidade. Desta maneira, a identidade deve ser considerada mais como um fenômeno subjetivo e dinâmico do que como algo objetivo e duradouro. Isto não implica que, ao contato com outros grupos e incorporando traços de outros, o grupo está se descaracterizando, perdendo sua cultura (SHENNAN, 1994, p.12).

Temas que incluem Arqueologia egípcia, etnografia sul-africana, identidade cultural e etnicidade, identidades de gênero e feminismo, e herança arqueológica contemporânea são estudados por Lynn Meskell (2002). A autora considera as identidades como construções múltiplas que abordam um conjunto de práticas interativas sempre em processo, a despeito de seu substrato simbólico e material. O

estudo das identidades é o campo de interesse mais novo da Arqueologia, nas últimas décadas.

Apesar de não se dedicar ao estudo das identidades dos grupos pré-históricos, a autora chama a atenção para o cuidado na criação de categorias de identidade que são aplicadas a contextos arqueológicos e históricos. Designações taxonômicas, tais como etnicidade, gênero ou sexualidade, por exemplo, podem não ter existido como categorias no passado, apesar de hoje as considerarmos familiares (MESKELL, 2001, p. 203-204; 2002 p.281). São termos considerados naturais, em nosso tempo e cultura.

Em "*Archaeologies of Identity*", Lynn Meskell (2001) afirma que todas as pessoas possuem várias identidades sociais que requerem negociação constante e que se organizam em relação a outros indivíduos e grupos. Essas identidades podem ser criadas com base no sexo, classe, etnia, gênero, religião, família, política, sistema social.

Neste artigo, a autora demonstra que vários desses temas foram considerados pela Arqueologia e expressam o potencial dos discursos políticos do mundo contemporâneo. A materialidade arqueológica tem capacidade para contribuir diretamente nas questões das lutas pela identidade, ao contrário de apenas obter informações das ciências sociais. Os materiais arqueológicos podem ser usados para fundamentar a superioridade étnica de determinado povo, assim como para reconstruir uma nação, relacionando-a com um passado. Isto demonstra que a materialidade do passado tem conseqüências, em longo prazo, na vida de numerosas gerações (MESKELL, 2001, p. 189). Fundamentados nessas idéias, foram elaborados estudos relacionados à Arqueologia e às políticas nacionais.

A partir dos anos 90 foram utilizadas outras temáticas relacionadas à identidade: o corpo, a sexualidade e as relações íntimas. A própria autora faz parte do grupo que apresenta uma proposta de estudo do feminino e da sexualidade na Arqueologia. As denominadas arqueologias de gênero fazem parte do espaço conceitual da Arqueologia pós-processual. Esses trabalhos enfocam não só as mulheres da pré-história e história como as mulheres arqueólogas. Os trabalhos revisam as histórias tradicionais, mostrando as mulheres de ontem e de hoje, como agentes de suas próprias realidades (MESKELL, 2001, 2002).

Um campo que começa a crescer são as investigações no âmbito das identidades da idade, que constituem um campo de pesquisa promissor, mas ainda pouco explorado. Lucy (2005) argumenta que as pesquisas arqueológicas não têm dado importância à idade como um aspecto fundamental da organização dos grupos do passado. A idade é

uma categoria extremamente variável e deveria ser considerada nas análises. A impressão que se tem dos trabalhos arqueológicos é que o passado foi povoado predominantemente por adultos.

Contudo, a autora esclarece terem ocorrido avanços nos estudos sobre os temas crianças, infância e velhice, realizados por historiadores, sociólogos e antropólogos. Porém, os grupos de idade e os papéis sociais relacionados com a idade não foram considerados na interpretação do material arqueológico porque crianças e idosos eram considerados como não produtivos. A idade não é uma categoria natural, mas construída, e não pode ser estudada isolada de outras identidades como o gênero, o status e a etnia. O gênero principalmente está ligado por toda a vida com a idade mas, não é algo que se adquire individualmente, ao contrário, é algo que se aprende socialmente.

De acordo ainda com Lucy, em *“The archaeology of age”* (2005), as ideias que temos hoje sobre a infância são construções sociais, baseadas em parte no desenvolvimento e na determinação biológica, mas também na concepção de idade de cada grupo social. Contudo, se a categoria idade é considerada, atualmente, como uma construção social, também assim pode ter sido, no passado. Os idosos, por exemplo, em grupos pré-históricos poderiam ter um papel importante na transmissão das regras sociais e da tradição e sua posição poderia estar demarcada também na morte. Ou poderia ser totalmente o contrário. A autora chama a atenção para o cuidado que se deve ter nas inferências arqueológicas de que as categorias velho, adulto, criança e adolescente eram naturais e existiam na época. Nem mesmo hoje é assim. Cada grupo tem suas regras e seus rituais de passagem. Por ser um campo de pesquisa ainda em formação, Lucy recomenda a realização de trabalhos que, em suas inferências, considerem a categoria criança e idoso como agentes ativos em suas sociedades, principalmente no caso de estudos dos cemitérios.

Siân Jones dedica-se aos estudos de identidade cultural e etnicidade, identidade e lugar, materialidade, herança arqueológica e seu papel na construção das identidades modernas (comunidades nacionais, regionais e locais). Em seu trabalho *“The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present”* (1997) discute sobre as interpretações, na Arqueologia, sobre as identidades étnicas e as etnicidades e seus resultados nos estudos da cultura material. Efetua a análise e a crítica aos estudos realizados até então, nos quais se postula uma relação direta entre etnia e cultura material. Nesses estudos, os pesquisadores associavam uma determinada

etnia com materiais arqueológicos encontrados em sítios localizados em determinados lugares, aceitando que havia uma continuidade cultural. Como solução, propôs um novo direcionamento para os estudos das identidades étnicas. Para a autora, de acordo com os estudos da corrente contextual, antropológica e arqueológica, não existem identidades homogêneas e fixas; não se pode relacionar diretamente uma etnia com vestígios arqueológicos. Assim, conclui propondo um conceito de identidade multidimensional, justificando que, da mesma forma que não existem identidades homogêneas no presente, também não existiram no passado.

No trabalho *“Categorias históricas e a práxis da identidade”* (2005), em continuidade à ideia defendida no trabalho de 1997, Jones discute a problemática do privilégio que é dado às fontes escritas sobre a cultura material nos estudos dos períodos históricos. Sua proposta é considerar de forma igual as fontes escritas e as materiais, demonstrando como estão envolvidas na construção da etnicidade. A ideia predominante na Arqueologia é que os vestígios escritos são fontes seguras para se ter acesso às reflexões dos povos sobre suas identidades, pois, para tratar de etnicidade seria necessário dispor de dados etnográficos e históricos relevantes. Baseado nessa ideia, é grande o número de trabalhos em Arqueologia histórica, em comparação com a Arqueologia pré-histórica, como, por exemplo, sobre a Europa medieval e o período colonial americano.

Contrariamente, Jones argumenta que etnicidade e fontes históricas são subjetivas:

(...) tentativas de buscar os correlatos arqueológicos de grupos étnicos historicamente conhecidos são inúteis, não somente porque elas frequentemente ignoram a natureza situada e subjetiva das fontes históricas, mas também porque desconsideram diferenças qualitativas na manifestação da etnicidade nas fontes escritas e na cultura material (2005, p. 27-28).

Os grupos étnicos não são homogêneos e os marcadores étnicos também não são fixos. Deste modo, aceitar as fontes históricas como seguras é pesquisar com uma pré-concepção de identidade, quando o propósito da Arqueologia seria o de procurar definir a identidade. O domínio das fontes escritas vem sendo questionado, pelo reconhecimento de que elas não fornecem dados absolutos e objetivos sobre o passado. São visões parciais de pontos de vistas particulares e geralmente do grupo dominante (JONES, 2005, p. 31).

Conclui a autora que as expressões de etnicidade variam conforme o contexto e que as fontes arqueológicas e escritas podem fornecer tanto perspectivas complementares como contraditórias quanto à etnicidade do passado. Como também não é possível estudar os grupos étnicos sem considerar a cultura material. Deve-se levar em conta que muitos aspectos da cultura do passado podem estar presentes na expressão da identidade étnica, assim como podem ter sido compartilhados entre diferentes grupos.

Alguns trabalhos apresentam novas propostas teóricas ao estudo das identidades. É o caso de Almudena Hernando. A *“Arqueologia da Identidade”* (2002) é uma alternativa estruturalista para a Arqueologia cognitiva. A autora aborda o tema da construção da identidade e objetiva compreender que regras comandam esta construção e como os grupos humanos apreendem a realidade. Oferece um modelo analítico capaz de abranger a identidade de grupos sociais tanto do passado como do presente, em termos macroestruturais. Em seu livro, argumenta que os seres humanos constroem a realidade em que vivem selecionando os fenômenos que contemplam. Esta construção é realizada por meio de dois mecanismos: o modo como ordenam a realidade e o modo como a representam. A ordenação ocorre por dois parâmetros: tempo e espaço; a representação por meio de signos contidos na realidade ou arbitrários: metonímia e metáfora².

A identidade, nesta proposta, é compreendida como o mecanismo pelo qual os seres humanos fazem uma ideia da realidade e de sua posição, de modo que possam sobreviver com as condições materiais de que dispõem. Para Hernando, é o principal recurso humano para gerar a sensação de segurança e orientação tão necessárias à sobrevivência. Assim, nessa concepção a identidade não está na cultura material nem nos aspectos concretos e visíveis das culturas do passado e, sim, nos aspectos cognitivos. Hernando divide as identidades em dois grupos: identidades de espaço e identidades do tempo. Nas sociedades caçadoras e coletoras são utilizadas as categorias de espaço, metonímia e mito. São identidades de espaço. Para esses grupos, a identidade se baseia nas semelhanças de comportamento com os demais e não nas diferenças; por isso são identidades coletivas. As pessoas sabem quem são por sua identificação com o grupo e não pelas diferenças que as particularizam dentro do grupo (HERNANDO,

² Na metonímia, os símbolos usados para representar a realidade são parte da mesma realidade; na metáfora, o signo e a realidade são coisas diferentes. Quanto maior a complexidade social, maior a necessidade de modelos metafóricos de representação da realidade.

2002, p. 10 -11). As identidades de tempo se referem às sociedades nas quais a complexidade, a especialização e a divisão do trabalho permitem ao grupo o controle da realidade material. São identidades baseadas nas diferenças individuais. Sua proposta é original e representa um marco teórico na Arqueologia. É uma alternativa de estudo no campo da Arqueologia cognitiva fundamentada na abordagem estruturalista.

Alguns pesquisadores defendem que no campo da Arqueologia pré-histórica busca-se a identificação, a construção das denominadas identidades coletivas ou de grupo (VALERA, 2002; SILVA, 2002; ALARCÃO, 2002; JORGE, 2002). Também advertem sobre a dificuldade para se determinar essas identidades por meio da cultura material. Em relação a estes estudos, Antônio Valera ressalta que, ao longo da vida, os indivíduos participam de múltiplas identidades. Afirma que o processo de formação das identidades é social, dinâmico, e ocorre durante toda a vida e em diferentes escalas. “Portanto, o que eu queira realçar é que a identidade colectiva é um processo social que funciona em rede e é dinâmico ao longo da nossa vida, para além de funcionar a várias escalas” (VALERA, 2002, p. 65).

As identidades coletivas podem ser compreendidas como todos os investimentos que um grupo realiza ao longo do tempo para dar a cada indivíduo do grupo um sentimento de unidade, de continuidade e de coerência (POLLAC, 1992). Fundamentam-se nas semelhanças de comportamento com os demais e não nas diferenças (HERNANDO, 2002). É também uma categoria que define um pertencimento necessário à existência de um grupo (WOODWARD, 2005). É, enfim, um conceito que leva em conta a coletividade, o grupo, e não os indivíduos.

De acordo com Valera, a identidade pode ser gerada pelas características biológicas, contexto social, língua, religião, idade, entre outros fatores. Porém, mudando o fator gerador da identidade, esta se transforma. Podemos estabelecer uma determinada identidade utilizando o critério religião, mas se utilizarmos outro critério, essa identidade transforma-se, espalha-se numa série de outras identidades que podem ter, em termos espaciais, uma distribuição totalmente diferente (VALERA, 2002, p. 65).

Na opinião de Antônio Silva, as identidades com que os indivíduos lidam são geralmente coletivas e distantes no tempo. As identidades pré-históricas são apreendidas do exterior e por meio de vários terceiros. Assim, essas identidades são construídas, distantes no tempo, a partir do reconhecimento das similitudes. Exemplificando explica que uma comunidade, A, se distingue de outra comunidade, B, em relação às semelhanças ou diferenças que o pesquisador possa apreender a partir da cultura

material. Em relação a este ponto, o autor adverte como é frágil atribuir identidades a partir da cultura material, mas este tem sido o caminho encontrado pelos arqueólogos para chegar às identidades coletivas. Em suma, as identidades são atribuídas de fora, são representações, sem personagens e mediados por terceiros (SILVA, 2002, p. 76-77).

Jorge de Alarcão defende, assim como Antônio Varela e Antônio Silva, a busca da identidade grupal (coletiva). Em sua opinião, os arqueólogos não encontram o indivíduo e sim o grupo. Mesmo diante de uma sepultura não é possível ter uma representação pessoal do indivíduo, pois a identidade individual é menos visível (ALARCÃO, 2002, p. 64-65). Argumenta que na história humana sempre houve grupos. Mesmo nos dias atuais, com um maior individualismo, o que existe são novas e inúmeras modalidades de grupos. Por isso, insiste que a identidade dos grupos é importante para a Arqueologia (ALARCÃO, 2002, p. 89-90). Dentro desta perspectiva, sugere que a identidade é construída por um conjunto de normas e valores.

Em relação aos elementos da identidade grupal, reconhece a língua como um elemento importante, mas lembra que a tentativa de relacionar a língua, a etnia e a cultura material foi abandonada pelos arqueólogos, por não proporcionar os resultados esperados. “Parece-me que, se a língua é um elemento importante de identificação, não podemos deixar de pensar que, no seio de um mesmo estrato ou horizonte linguístico, se podem construir outras individualidades” (ALARCÃO, 2002, p. 36).

Outro elemento importante para a identidade de grupo é a religião. O autor exemplifica o papel da religião na construção da identidade dos povos Lusitanos. Em sua pesquisa, verificou a ocorrência de um determinado número de divindades comuns, distribuídas em uma área da Beira interior e da província de Cáceres. Pela localização das divindades foi possível associá-las aos Lusitanos e descobrir onde estavam e quem eles eram. Em resumo, foi a religião, no caso estudado, que permitiu identificar os Lusitanos (ALARCÃO, 2002, p. 65).

Suzana Jorge compartilha da opinião de Antônio Silva e Jorge de Alarcão quanto à construção das identidades coletivas. As identidades só são atingidas em termos grupais. Para Jorge, a Arqueologia pré-histórica não reconstrói, não recupera o passado, e sim o constrói. Constrói identidades através da interpretação de objetos e de monumentos (JORGE, 2002, p.140). Porém, em seu ponto de vista, é muito difícil perceber as identidades no registro arqueológico. Essas são captadas no meio dos vestígios da materialidade, através das regularidades identificadas.

Como exemplo de construção de identidade na pré-história, a autora menciona o processo das primeiras comunidades de agricultores europeus. Para os arqueólogos, essas comunidades escolheram o espaço dos mortos para construir identidades. Argumenta que os arqueólogos só podem construir identidades a partir do que é visível. Os outros espaços criados e recriados não são acessíveis, pois não fazem parte da materialidade. Os arqueólogos só podem ver identidades através de artefatos, monumentos e paisagens. As comunidades de agricultores construíram e reconstruíram suas identidades em torno dos espaços mortuários e rituais, ao longo do tempo, criando, na expressão da autora, um “não-tempo”. Dessa forma, conclui que essas identidades foram constituídas “(...) através de uma grande continuidade de gestos e comportamentos que ficaram congelados nos espaços dos mortos” (JORGE, 2002, p 142).

Rossana Ledesma (2003) identificou traços de identidade nos desenhos de pontas de projétil em pesquisa com material lítico do sítio Santa Rosa de Tastil, Quebrada do Toro, Argentina. Sua intenção era propor outro indicador de identidades que não o material cerâmico ou os padrões de assentamento. A autora parte do pressuposto de que o conjunto de pontas de projétil pode ser estudado na dimensão estilística, pois possuía um desenho característico, ampliando, assim, a discussão sobre a identificação arqueológica de traços de identidade. Concebe identidade como traços próprios de um grupo em relação aos de outros. Mas um grupo pode incorporar traços de outros. Um grupo, (...) “para definir-se e identificar-se como tal selecciona rasgos que reconhece como próprios, com independencia de otros rasgos que también posee. Como así también aísla o identifica como comunes rasgos de otros grupos” (LEDESMA, 2003, p. 243).

Em relação à possibilidade de encontrar indicadores de identidade nos conjuntos das pontas de projéteis identificou dois estilos: o emblemático e o asseverativo. O estilo emblemático oferece informações sobre a representação grupal do indivíduo perante outros grupos; o asseverativo dá informações que reafirmam a identidade individual. Como resultado, observou indicadores de identidade individual e grupal por meio da seleção de traços próprios expressos nos itens do desenho das pontas de projéteis. Como exemplo, cita os artefatos líticos encontrados na tumba nº.1 do sítio Santa Rosa de Tastil.

No Brasil, são mais escassos os trabalhos sobre as identidades. Este conceito tem sido aplicado em estudos sobre registros gráficos pré-históricos (KESTERING, 2007;

PESSIS, 1992), e cerâmica histórica e pré-histórica (AGOSTINI, 1998; TOCCHETTO, 1991). Como referência de trabalhos realizados no Brasil com um novo direcionamento para o estudo das identidades podemos citar Camilla Agostini (1998).

A autora buscou o universo dos africanos escravizados que serviram de mão-de-obra no império brasileiro, mais especificamente, no Rio de Janeiro, no século XIX. Seu objetivo foi tentar identificar, arqueologicamente, as estratégias da resistência africana, ressaltando a importância do estudo dos símbolos criados pelos escravos. Considerando que este contingente de escravos era constituído por grupos étnicos distintos, a autora procurou identificar a manutenção de traços étnicos e uma conseqüente reelaboração do sentimento de identidade. Para isto utilizou, em sua análise, cachimbos cerâmicos decorados, encontrados em sítios arqueológicos históricos. Os cachimbos são os principais exemplos de cultura material de uso cotidiano relacionada diretamente aos escravos. Assim como as escarificações, os cachimbos também apresentam marcas, desenhos, padrões decorativos próprios de cada etnia africana. Desta forma, Agostini sistematizou os padrões decorativos que aparecem nos cachimbos e as marcas tribais trazidas da África, que foram registradas pelos proprietários, relacionando-os às etnias (AGOSTINI, 1998). Também nesse exemplo trata-se de grupos históricos nos quais há o conhecimento do significado de cada marca e etnia correspondente.

Há ainda os pesquisadores que buscam identidades étnicas e postulam que estas resistem às mudanças, ou seja, a resistência às mudanças produz elementos de permanência, tornando possível identificá-las. Do ponto de vista de Fernanda Tocchetto (1991), a identidade emerge no conflito de afirmação étnica frente a outro grupo, na afirmação do ‘nós’ perante os ‘outros’ e neste processo a identidade não é afetada, “é irredutível às variações”. Sua pesquisa abordou o significado da cultura material produzida e utilizada pelos grupos guaranis que viveram na missão jesuíta de São Lourenço Mártir. Defende a ideia de que os Guarani mantiveram sua identidade na preservação de elementos existentes na forma de produzir os objetos cerâmicos e líticos, como também em elementos não materiais. A identidade, mesmo absorvendo traços dos outros, não mudou. Interpreta a cultura material como símbolo visível da identidade étnica. A cultura material é a materialização da identidade, do comportamento, “é um símbolo de identidade étnica” e essencial para a manutenção da identidade (TOCCHETTO, 1991, p. 262).

Sua opinião difere um pouco da postura atual, na qual se postula que a identidade é mutável, relacional e histórica. Neste caso especificamente, a autora

trabalhou com um grupo do qual havia bastante documentação para comprovar a sua existência histórica. Assim, pôde relacionar o grupo étnico com a cerâmica produzida por estes. Porém, deve-se ter em conta que apenas um elemento da cultura material, como a cerâmica, não é suficiente para identificar um grupo.

Celito Kesting (2007) realizou trabalho sobre as identidades dos grupos pré-históricos da Área Arqueológica de Sobradinho, na Bahia, localizada entre as dunas fósseis do submédio São Francisco e a Barragem de Sobradinho. Em seu estudo, com as pinturas rupestres, as identidades são reconhecidas pela presença recorrente de atributos que sugerem uma padronização. Um atributo é cada uma das propriedades qualitativas ou quantitativas que distinguem um membro de um conjunto. No caso dos grafismos, o reconhecimento desses atributos de identidades pré-históricas pode ser realizado através da identificação da dominância de padrões de reconhecimento, temática, cenografia e técnica. O autor analisou os sítios da Área Arqueológica de Sobradinho e constatou que havia reconhecimento e cenografia semelhante a conjuntos gráficos do estado de Goiás e em todo o vale do rio São Francisco. Como resultado, concluiu que há dominância de um padrão temático nos sítios localizados na alta, média e baixa vertente, o que lhe permitiu classificar a Área de Sobradinho como uma Sub-tradição de pintura rupestre e propor que a maior parte dos grafismos foi executada por um grupo pré-histórico que habitava o submédio São Francisco desde o final do Pleistoceno. Seu trabalho também permitiu a identificação de três estilos de pintura definidos pela cronologia, localização dos sítios nas vertentes e pelas características dos grafismos.

Os arqueólogos citados (AGOSTINI, 1998; ALARCÃO, 2002; LEDESMA, 2003; JORGE, 2002; SILVA, 2002; VALERA, 2002) ressaltaram o fato de que, em Arqueologia se busca, primordialmente, a identidade grupal ou coletiva. Para alguns, é difícil atribuir identidades, a partir da cultura material, devido à fragilidade do registro arqueológico. Isto é verificado principalmente em relação às identidades dos grupos pré-históricos e às individuais (SILVA 2002; JORGE, 2002). Alarcão (2002) chama a atenção para o fato de não ser possível chegar às identidades individuais, mas, é importante a busca do indivíduo, mesmo sendo contestável se a Arqueologia pode ou não encontrá-lo.

A partir dos exemplos de como o conceito de identidade vem sendo direcionado por alguns autores, pode-se concluir que a formação das identidades faz parte de um processo histórico, contínuo e múltiplo, e que é construído na relação que une os indivíduos pelas semelhanças e pelas diferenças em relação aos outros, internos ao

próprio grupo ou externos. Por conseguinte, as identidades no campo da arqueologia podem ser construídas pelo que pode ser observado e descrito no contexto arqueológico, nas estruturas, na recorrência de formas e de tipos de objetos e nas associações entre esses elementos.

Conclusão

Os autores citados entendem identidade como relacional, histórica, mutável e que se afirma e reafirma na relação com o outro. Cada grupo possui traços que lhes são próprios, como também outras características que compartilham ou copiam de outros. Como uma representação coletiva, as identidades têm expressão material e se manifestam nos objetos, pois os grupos de alguma forma materializaram marcas ou símbolos de suas identidades em seus objetos, como atestam Vidal e Silva (2000) e Ribeiro (1986a, 1986b).

Aproximamo-nos dos pesquisadores que propõem o estudo das denominadas identidades coletivas. Discordamos das opiniões que colocam as identidades como apenas pertencentes ao campo psicológico e dos sentimentos, ou do discurso político e ideológico, sem uma expressão material. As identidades são formadas tanto por elementos psicológicos, ideológicos, como materiais. São valores partilhados e resultantes do uso em comum de objetos, de representações ou símbolos e de traços próprios.

O conceito de identidade utilizado na arqueologia parte do campo conceitual da identidade coletiva. No sentido utilizado nas Ciências Sociais e na Antropologia as identidades coletivas estão relacionadas com a noção de comunidade, da inserção em um determinado grupo. As identidades coletivas são consideradas, desta maneira, como um dos componentes da identidade cultural.

Assim, com base no exposto anteriormente, elementos de identidades podem ser reconhecidos nos contextos arqueológicos a partir dos vestígios e são passíveis de serem analisados de acordo com o grau de conservação. A cultura material torna-se, desta forma, em um meio de representação de identidades. É “um meio de reforçar a identidade do grupo e de marcar a diferença relativamente a outro grupo” (BRADLEY; HODDER, 1979, apud ALARCÃO, 1996, p.16).

Viviane Maria C. de Castro
Universidade Federal de Pernambuco
vivianemcc@gmail.com

Referências Bibliográficas

- AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, v. 3, n. 2, 1998. Disponível em: <www.uepg.br/rhr/v3n2/camilla.htm>
Acesso em: 22 jan. 2006.
- ALARCÃO, Jorge de. **Para uma conciliação das arqueologias**. Porto: Edições Afrontamento, 1996. (Histórias e Idéias, 7).
- _____. In: JORGE, V. O. et al. (Coords.). **Identidade, identidades**. Porto: Adecap, 2002.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2.ed. Bauru:EDUSC, 2002.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. Gender identity. In: DÍAZ-ANDREU, M. et al. **The Archaeology of identity**. New York: Routledge, 2005. p. 13 – 42.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita.; LUCY, Sam. Introduction. In: DÍAZ-ANDREU, M. et al. **The Archaeology of identity**. New York: Routledge, 2005. p. 1 –12.
- DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. In: Durkheim, vida e obra. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores).
- EDWARDS, David N. The archaeology of religion. In: DÍAZ-ANDREU, M. et al. **The Archaeology of identity**. New York: Routledge, 2005. p. 110 -128.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.) **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.103-133.
- HERNANDO, Almudena. Aproximación etnoarqueológica al estudio del neolítico: la utilidad del caso k'ekchí' para el estudio de la prehistoria europea. In: **Complutum Extra**, 6 (11), p. 193-202,1996. Disponível em:
<<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/11316993/articulos/CMPL9696330193A.PDF>>
> Acesso em: 26 abr. 2008.
- _____. La identidad Q'eqchí' percepción de la realidad y autoconciencia de un grupo de agricultores de roza de Guademaal. In: **Revista Española de Antropología Americana**, n. 27, p. 199-220, 1997. Disponível em:
<<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/ghi/05566533/articulos/REAA9797110199A.PDF>>
> Acesso em: 26 abr. 2008.
- _____. Sobre identidad y prehistoria. In: **Arqueoweb: Revista sobre Arqueología en Internet**, v. 3, n. 3, 2001 Disponível em:
<[http://www.ucm.es/info/arqueoweb/word/3\(3\)/hernando.doc](http://www.ucm.es/info/arqueoweb/word/3(3)/hernando.doc)> Acesso em: 10 mar. 2006.
- _____. **Arqueología de la identidad**. Madrid: Ediciones Akal, 2002.
- HODDER, Ian. Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture. Cambridge. New Studies in Archaeology, 1982.
- JONES, Siân. **The Archaeology of ethnicity**. constructing identities in the past and present .1997.
- _____. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na Arqueologia histórica. Tradução de Solange Nunes de Oliveira Schiavetto. In: FUNARI, Pedro P. A.; ORSER Jr., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange N. de O. (Orgs.). **Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005. p. 27-43.
- JORGE, Susana. O. In: JORGE, Vítor O. et al. (Coord.) **Identidade, identidades**. Porto: Adecap, 2002.

- KESTERING, Celito. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho – BA.** 2007. 298f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- LEDESMA, Rossana E. Diseño de puntas de proyectil. Una via de analisis alternativo para el estudio de identidade em la Quebrada Del Toro, Provincia de Salta, Argentina. **Cuadernos FHyCS-UNju**, n. 20, p.241-269, 2003. Disponível em:< <http://www.cuadernos-fhycs.org.ar/docs/cuadernos020/2011.pdf>> Acesso em: 4 ago. 2006.
- LEONE, Mark. Interpretating ideology in historical archaeology: the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In: MILLER; Tilley (Ed.). 1984. p. 25-35.
- LOPES, João T. In: JORGE, V. O. et al. (Coord.) **Identidade, identidades.** Porto: Adecap, 2002.
- LUCY, Sam. The archaeology of age. In: DÍAZ-ANDREU, M. et al. **The Archaeology of identity.** New York:Routledge, 2005. p. 43 -66.
- MCCAFFERTY, Sharisse.D.; MCCAFFERTY, Geoffrey.G., Spinning and weaving as female gender identity in post-classic Mexico. In: HAYS-GILPIN, K.; WHITLEY, D. S. (Eds.) **Reader in gender archaeology**, London: Routledge, 1998. p. 213-230.
- MESKELL, Lynn. Archaeologies of identity. In: HODDER, Ian (Ed.) **Archaeological theory today.** Polity Press, 2001. p.187-213.
- _____. The intersections of identity and politics. In: **Archaeology Annual Review of Anthropology**, v. 31, p. 279-301, 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.) **Textos em representações sociais.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 89- 111.
- MOSCOWICI, Serge. **Representações sociais.** Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003. (Col. Psicologia social).
- PESSIS, Anne-Marie. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **Clio**, Recife, v.1, n.8, p. 35-68, 1992. (Série Arqueológica).
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>> Acesso em: 17 de jun. 2007.
- RIBEIRO, Berta. A linguagem simbólica da cultura material. In: RIBEIRO, D. (Ed.) **Suma Etnológica Brasileira, Arte Índia.** Petrópolis: Vozes, 1986a. v.3, p.15-27.
- _____. Desenhos semânticos e identidade étnica: o caso Kayabí. In: RIBEIRO, D. (Ed.) **Suma Etnológica Brasileira, Arte Índia.** Petrópolis: Vozes, 1986b. v.3, p.265-286.
- SHENNAN, Stephen J. Introduction: archaeological approaches to cultural identity. In: _____. **Archaeological approaches to cultural identity.** 1 ed. London and New York: Routledge, 1994. p. 14-22.
- SILVA, Antônio M. In: JORGE, V. O. et al. (Coord.) **Identidade, identidades.** Porto: Adecap, 2002.
- SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. . In: SILVA, Tomaz T. (Org.) **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2005. p. 73-102.
- TOCCHETTO, Fernanda. **A cultura material do Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica.** 1991. Dissertação(Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.
- VALERA, Antônio C. In: JORGE, V. O. et al. (Coord.) **Identidade, identidades.** Porto: Adecap, 2002.

VIDAL, Lux; SILVA, Aracy L. O Sistema de objetos nas sociedades indígenas: arte e cultura material. In: SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís (Orgs.) **A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 3.ed. São Paulo: Global; 2000. p. 369-402.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (Org.) **Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.7-72.